

# EDUCAÇÃO, GÊNERO, PODER E DESENVOLVIMENTO: UMA VISÃO HISTÓRICA\*

---

*Jane Soares de Almeida \*\**

## **As mulheres e o poder simbólico**

Na interpretação da história das mulheres, campo do conhecimento que se ancora nas experiências e realizações que se iniciam no espaço privado e alcançam as fronteiras do espaço público, é possível trazer à tona um encadeamento de fatos que transparecem nas relações de gênero, as quais, por sua vez, edificam e alicerçam as relações de poder entre os sexos. No entanto, o poder é passível de confrontação e os modelos de resistência acompanham a inculcação ideológica vinda dos diversos setores sociais que procuram justificar os mecanismos de submissão de um sexo ao outro, no qual o sexo feminino está sujeito a um sistema de desigualdades.

\* Pesquisa financiada pelo CNPq na modalidade de Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Também recebeu financiamento da FAPESP através de Bolsa de Pós-Doutorado no Exterior e Auxílio à Pesquisa.

\*\* Formada em Pedagogia, com Mestrado em Educação e Doutorado em História e Filosofia da Educação. Livre-docência pela Universidade Estadual Paulista. Pós-Doutorado pela Universidade de Harvard, Estados Unidos e Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. Pesquisadora do CNPq. Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, Brasil.

EMAIL: [janesoaresdealmeida@uol.com.br](mailto:janesoaresdealmeida@uol.com.br) / [jane.almeida@pesquisador.cnpq.br](mailto:jane.almeida@pesquisador.cnpq.br)

O poder, historicamente, sempre foi essencialmente masculino. Porém, a partir da segunda metade do século XX, nos vários países ocidentais, as relações simbolicamente construídas entre os dois sexos, foram abaladas nas suas estruturas pela emergência de um lado social feminino que rejeitava as noções solidificadas dos conceitos de superioridade e inferioridade. Atualmente as mulheres se introduzem nos sistemas simbólicos masculinos num momento em que estes estão se mostrando implacavelmente destrutivos em relação à existência humana, ensejando uma maior visibilidade de sua atuação para além do espaço privado.

A construção de uma nova ordem simbólica e social não mais centrada sobre o poder masculino exclusivamente, mas dividida entre a responsabilidade de homens e mulheres na preservação da vida e da civilização, num sistema não mais promotor de desigualdades e no qual se considera a diferença, tornou-se um novo emblema no final do século XX e que se solidificou no século XXI com a entrada das mulheres no mundo do trabalho e em cargos de liderança em número cada vez maior, assim como seu ingresso maciço nas escolas e nos movimentos sociais.

Num mundo que passou a reconhecer a existência da diversidade e das diferenças, a globalização, fenômeno emblemático dos anos finais do século XX, manteve a exclusão em todos os níveis, mesmo no início do século XXI. No entanto, a intenção de se construir uma nova ordem social que incluía uma relação cooperativa e solidária entre os sexos, classes sociais e etnias tem sido contemplada nas agendas políticas, embora não com a amplitude que seria desejável. No caso das relações de gênero tal intencionalidade se reflete na necessidade de democratizar as relações familiares, combater a violência doméstica e no mundo do trabalho, rejeitar atitudes e propagandas discriminatórias e abusivas e incluir as mulheres no acesso aos bens econômicos e culturais, de forma a promover seu desenvolvimento como atores sociais com inserção individual e coletiva. Ao se adotar o princípio derivado da crítica teórica feminista e representado pelo conceito de *igualdade na diferença*, parte-se para uma desconstrução da ordem universal de poder, alinhando homens e mulheres em iguais patamares sociais, políticos e econômicos.

No entanto, no Brasil, assim como nos demais países, notadamente latino-americanos, existem paradoxos estruturais na esfera sócio-econômica e nas relações simbólicas entre os sexos. Nesses paradoxos, eivados de contradições, as diferenças físicas e psíquicas entre homens e mulheres são utilizadas como fator de desigualdade e discriminação, edificando-se um processo social no qual o sexo feminino padece numa situação de inferioridade, apesar das muitas e recentes conquistas. Quando as mulheres deixam de ser vistas como sujeitos históricos e produtivos, significa que a sociedade alija das esferas de poder aproximadamente metade de seus membros. Aliando-se a esses fatores a violência e a pobreza, mais os problemas étnicos e de classe social, é possível o desenho de um quadro geral propício para a manutenção do subdesenvolvimento, explicitado pela desigualdade como principal fator gerador.

Na sociedade assim edificada, mulheres de classes sociais mais favorecidas e as oriundas de meios sociais que necessitam lutar pela sobrevivência, transitam numa muralha inconsútil de sobreposições discriminatórias concretas e simbólicas nas quais, uma forte postura combativa e capacidade de resiliência permitem que se supere as condições desfavoráveis ao seu crescimento pessoal e profissional. A resiliência, como capacidade de recuperação perante as adversidades, significaria a partida, do ponto de vista simbólico, para alcançar metas de desenvolvimento, considerando-se que os direitos sociais femininos, na Sociedade Ocidental que se desenhou no século XX, foram conquistadas. Conquistas que ainda não se estenderam por igual em todas as nações mundiais, principalmente no mundo oriental e nos países fortemente marcados pelo estigma da miséria absoluta. Mas os direitos das mulheres passaram a serem reconhecidos principalmente por força de uma luta que ocorreu em princípios do século XX, quando estas saíram ao espaço público reivindicando mais igualdade durante os movimentos de protestos contra uma hierarquia social injusta. Esse movimento inicial recrudesciu com o advento das duas grandes guerras e o sexo feminino só voltaria a se manifestar na segunda metade desse mesmo século, mais precisamente nos anos finais da década de 1960, com o feminismo, movimento que se fortaleceria junto à bandeira de lutas das diversas minorias.

## As lutas feministas por igualdade

No século XIX e nas décadas iniciais do século XX, o modelo feminino defendido por todos os setores sociais que consideravam a mulher apenas pela sua capacidade reprodutiva, era representado pela mulher-mãe, assexuada, porém fértil, que deveria dar à Nação os futuros cidadãos necessários para seu desenvolvimento, o que lhe permitiria crescer e alicerçar-se entre as grandes nações do mundo. O arquétipo da Virgem da religião católica era o emblema adotado e exigia das mulheres comportamentos tipificados de moralidade, doçura, pureza, meiguice, bondade, desprendimento, espírito de sacrifício, enfim as qualidades da futura esposa e mãe, a companheira do homem. Na década de 1960, o movimento feminista ocorrido na Europa e Estados Unidos foi o marco que redefiniu as relações de poder entre os sexos.

Nos anos 1950/60, a constatação da capacidade feminina para o trabalho fora do espaço doméstico, o conseqüente ganho de autonomia, mais as necessidades de sobrevivência ditadas pelas circunstâncias econômicas, iniciaram uma reviravolta nas expectativas sociais, familiares e pessoais acerca do sexo que até então estivera confinado no resguardo da domesticidade e no cumprimento das funções reprodutivas. Essas idéias atravessaram as fronteiras por intermédio da imprensa, rádio, cinema e televisão influenciando as mentalidades nos países periféricos, entre eles o Brasil, e ocasionando mudanças nas relações entre os sexos. Se nos anos iniciais do século XX as reivindicações femininas se ancoravam no acesso à educação igual à dos homens e no direito ao voto, os anos 1960/70 questionariam principalmente a submissão e a dependência e, na esteira das reivindicações, estava o direito de escolha: do parceiro, da profissão, de ter ou não filhos, de casar-se ou não, de ter filhos sem ser casada, enfim do reconhecimento das mulheres como atores sociais autônomos passíveis de realizarem vidas em separado, sem a proteção masculina.

A possibilidade de exercer a sexualidade sem o ônus da gravidez indesejada, conquista na esfera comportamental propiciada pela descoberta da pílula anticoncepcional, permitiu que mulheres acantonadas no medo do próprio corpo passassem a se descobrir como pessoas,

o que foi uma das grandes aberturas no padrão da moralidade do século XX. O maior acesso ao mundo do trabalho e o divórcio rompendo com o comum e corrente *até que a morte os separe*, mostraram às mulheres que o mundo pertencia aos dois sexos e que elas tinham direito de desfrutar de uma vida plena sem as amarras impostas por papéis sexuais diferenciados.

O movimento feminista pode ainda ser considerado como a ruptura que possibilitou uma das transformações mais radicais deste século que foi a modificação da posição das mulheres na sociedade ocidental. Em poucas décadas o feminismo mudou relações de autoridade milenares, abalou a estrutura tradicional familiar e promoveu um rompimento com uma forma de alienação considerada absolutamente natural por séculos, definida pela submissão da mulher ao homem. Em termos históricos, o feminismo é um fenômeno recente e não influenciou indistintamente as diversas etnias, culturas, religiões e classes sociais, podendo ser estudado como um movimento sócio-político que teve repercussões nos diversos campos epistemológicos, com influência na esfera pública e privada, alterando representações e simbologias nos papéis sociais diferenciados reservados a homens e mulheres.

Nascido na França na primeira metade do século XIX, possuidor de caráter reivindicatório social e político, que aos poucos foi ganhando maior visibilidade nos demais países ocidentais, o movimento possuía como bandeira de luta o direito do voto para as mulheres. Mesmo com as inevitáveis pressões dos segmentos masculinos e até mesmo femininos, desde o raiar do século XX as lutas feministas passaram a fazer parte do cenário mundial. O movimento passou a ter tamanha abrangência e a perturbar os conservadores da época, que em 1904 se criou nos Estados Unidos e Inglaterra uma organização internacional denominada *The International Woman Suffrage Alliance* que se opunha aos comitês contra o sufrágio feminino que se haviam formado nos dois países, tomando inclusive posições internacionais numa época de extremo nacionalismo.

A crítica feminista que acompanhou a emergência do movimento nos Estados Unidos e na Europa, mesmo defendendo a igualdade de direitos, considerava as diferenças entre homens e mulheres do ponto

de vista biológico, acatando a dicotomia existente entre o espaço público e o privado. Isso, subliminarmente, significava aceitar a domesticidade e a subordinação feminina ao modelo masculino, além de atrelar a essas diferenças naturais uma idéia de inferioridade das mulheres em razão de maior fragilidade física e intelectual, apesar de uma inegável superioridade do ponto de vista moral. Essa teoria se ancorava na definição de um sujeito coletivo, portador de interesses e necessidades próprios, que surgia em face da maior presença das mulheres no cenário político e a posição que ocupavam na sociedade patriarcal. Porém, mesmo na defesa dos direitos femininos, não se deixava de considerar o matrimônio como destino inato das mulheres e a maternidade como sua suprema aspiração.

No início do século XX, o movimento feminista europeu representado principalmente pelas inglesas, se debatia num dilema ideológico que demonstrava a influência positivista de alicerçar as diferenças no aspecto natural dos sexos, reservando às mulheres, em decorrência disso, um lugar inferior na hierarquia social. Apesar de reivindicarem maiores direitos como o de votarem, freqüentarem escolas e faculdades, e terem uma profissão, as militantes feministas adotavam sempre um discurso naturalizante ao considerarem que o verdadeiro papel feminino estava centrado na mais suprema missão reservada por Deus às mulheres: a maternidade. Portanto, o ideário que direcionou o pensamento feminista e se estendeu ao longo da primeira metade do século XX, considerava as diferenças fisiológicas e emocionais entre os sexos, rejeitava a crença na inferioridade intelectual feminina e na sua capacidade para exercer uma profissão, reivindicando seu direito de inserção no espaço público, o que seria conseguido através de uma educação não discriminatória para o sexo feminino. Porém, acatava também a domesticidade e a maternidade como aspirações inatas das mulheres, assim como sua maior tendência ao sacrifício, ao amor e à renúncia, assim como atributos de meiguice, obediência e bondade.

Nos finais dos anos 1960 e mais acentuadamente nos anos 1970, o movimento feminista que passou por um período de estagnação nos vários países do mundo ocidental, ressurgiu com força na Europa e nos Estados Unidos. Emergiu nesse período uma consciência feminis-

ta que, na luta por igualdade e maiores direitos, rejeitava as diferenças naturais entre os sexos, reivindicando para as mulheres um lugar no mundo até então reservado apenas aos homens, disseminando um pensamento ideológico ancorado na equalização de oportunidades.

A ideologia do sexo masculino como opressor; a liberdade sexual obtida através de métodos contraceptivos mais eficazes, um maior acesso à escolarização e ao mercado do trabalho, revelou para as mulheres um mundo ainda voltado e preparado essencialmente para o modelo social masculino, onde seus representantes conseguiam os melhores postos e salários. Para as mulheres, a situação de inferioridade em que viviam no espaço privado estendeu-se ao espaço público, tendo como agravante as dificuldades oriundas do meio familiar representadas pela dupla jornada de trabalho e o cuidado com a família. Esculpia-se assim uma ambigüidade em relação ao sexo feminino: se, por um lado, existia o desejo de serem esposas e mães, por outro lado o anseio de fazer parte da população economicamente ativa significava deixar o primeiro espaço ao abandono.

Ao final de 1970, as feministas passaram a desconsiderar com maior veemência as questões das desigualdades de fundo biológico e deslocaram o eixo das diferenciações para o aspecto cultural, propondo uma separação entre o espaço público e o privado, afirmando que as mulheres poderiam desempenhar os mesmos ofícios que os homens e, portanto também possuíam as mesmas capacidades e direitos sociais e políticos. Consideravam que o espaço público e a realização profissional eram aspirações femininas e que as capacidades das mulheres não se esgotavam no lar, pois a vida transcorrida apenas no espaço doméstico sufocava suas aspirações e impedia sua plena realização. Havia nos postulados feministas um grito por liberdade e pelo direito de exercer a sexualidade sem as barreiras impostas pelo preconceito. Ao se desejarem iguais aos homens em todos os sentidos, as mulheres puderem perceber que, do ponto de vista do mundo do trabalho, continuava a exploração baseada no sexo, pois lhes eram reservados os serviços menos remunerados e, muitas vezes, recebiam salários menores do que os dos homens pelo desempenho das mesmas funções, o que nos dias atuais, apesar de algumas conquistas, ainda é uma realidade. Além dis-

so, ao novo perfil feminino que o movimento feminista esculpiu nessa década, o homem não acompanhou as mudanças e as mulheres se viram sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho já que os maridos e companheiros continuaram a separar essas duas esferas sociais. Assim, todas as funções domésticas permaneciam sob a responsabilidade das mulheres, não havendo no âmbito do casal uma igual distribuição nas tarefas da casa e na criação dos filhos.

Nas décadas seguintes, com maior poder de organização e adesão de mulheres melhor preparadas intelectualmente, o movimento ensinaria o surgimento de uma crítica feminista que acompanhou as mudanças refletidas nas relações sociais e entre os dois sexos. O feminismo começava a produzir um anteparo teórico voltado para as questões de identidade e diferença e a não separação entre vida privada e pública. Essas questões conseguiram abrir espaços na imprensa, no cinema, na literatura, nas artes e na ciência levando, inclusive, ao reconhecimento dos estudos feministas na área acadêmica. Como consequência, paulatinamente se instaura um tipo de comportamento sócio-político defensor de uma cultura não sexista que rejeita os antigos paradigmas de submissão e opressão.

Ao ocupar espaço na produção científica foi possível chegar ao reconhecimento dos estudos de gênero em áreas das Ciências Humanas como a Antropologia, a Sociologia, a Demografia, a História, a Literatura, a Saúde e Sexualidade, a Psicanálise, a Ciência Política, a Economia e, mais recentemente, a Educação e Religião, principalmente nos países onde estes estudos estão mais avançados. Esse reconhecimento trouxe contribuições para a construção de um campo epistemológico no qual se leva em conta que o mundo pertence aos dois sexos, apesar das relações de dominação e subordinação que entre ambos sempre se estabeleceu no decorrer da História da Humanidade, e que podem ser quebradas através de uma relação de parceria.

## **Os paradigmas de submissão e os modelos de resistência**

No universo das relações humanas, local onde interagem homens e mulheres como sujeitos históricos, é possível interpretar essa estrutu-

ra indo além dos aportes das teorias clássicas que explicam a ordenação da sociedade do ponto de vista das relações de classe, mas silenciam quanto ao gênero. A espécie humana por ser única quanto às funções naturais é diversificada quanto às representações culturais e simbólicas que alocam aos dois sexos papéis sexuais desiguais em função das diferenças de base biológica. Quando as mulheres e o papel que desempenham nas relações de gênero são enfocados, é possível observar paradigmas de submissão cristalizados ao longo de séculos, assim como modelos de resistência que ultrapassam os muros da domesticidade e revelam ao espaço público as insatisfações geradas numa estrutura social solidificada em tradições. A banalização do exercício do poder de um sexo sobre o outro assume esses paradigmas como parte da ordenação natural das relações entre os seres humanos, no qual o mais *fraco* pode ser dominado com ou sem seu consentimento. Os modelos de resistência acontecem quando ao cruzamento de mudanças sociais, se articula uma tomada de consciência por parte daquele que é submetido, o que gera insatisfação e desejo de mudança. Esses modelos podem acontecer como manifestação coletiva ou mesmo individual.

Embora o sexo seja determinado antes do nascimento por processos biológicos naturais, as diferenças de gênero são culturalmente adquiridas e transmitidas nas estruturas sociais. A prática de imputar para homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica na existência de uma ditadura de gênero para os dois sexos que, infalivelmente, leva à hierarquia do masculino sobre o feminino, numa escala axiológica culturalmente edificada onde as atividades masculinas são consideradas de primeira ordem e as femininas de segundo escalão. A dupla (des)valorização, conduz a diferentes implicações no mundo do trabalho, no espaço público, nas esferas do privado e nas instâncias do poder.

A articulação das dimensões objetivas e subjetivas introjeta um tipo de pensamento que acaba por se traduzir em ações concretas e leva aos mecanismos de dominação e opressão. Existe, pois, uma certa dificuldade em se interpretar a realidade das mulheres partindo da experiência dos homens, pois os paradigmas construídos a partir da perspectiva masculina resultam em modelos teóricos inexatos e impre-

cisos, senão falsos dado que as relações de gênero se ancoram em diferentes poderes, normas comportamentais, morais e religiosas e até em emoções e sentimentos, estruturando a percepção de mundo e a forma como a sociedade se organiza do ponto de vista simbólico.

Assume-se assim a princípio da igualdade na diferença, o que representa uma considerável transformação nas representações culturais e no terreno das idéias, com possibilidades de repercussão e de influência nas relações sociais. Isso representa um modelo de conduta no qual as peculiaridades existentes entre homens e mulheres são consideradas, o que também implica em estabelecimento de espaços de poder.

Outra questão a ser considerada refere-se à vitimização feminina, aporte bastante usado quando os trabalhos ainda se encontravam no estágio da denúncia. O discurso vitimizador, ao enquadrar as mulheres nos conceitos definidos socialmente e que significa colocá-las sempre como oprimidas, se esquece que existem os contrapontos que se ancoram no mundo subjetivo, local de trânsito das mulheres, onde a resistência é o contraponto para a opressão.

## **Gênero e alteridade**

A partir da metade de 1980, a categoria gênero passou a ter lugar de destaque no pensamento feminista. Ao se incorporar o conceito de gênero como comum aos dois sexos construiu-se uma crítica teórica na qual as diferenças são consideradas, porém não justificam qualquer forma de opressão do sexo masculino sobre o feminino. O conceito nasceu do debate teórico acerca do conhecimento de que a realidade é socialmente construída e de que cada ser humano tem o potencial e o direito de decidir o seu destino. Com isso se permitiu alguma visibilidade a outros movimentos sociais emergentes liderados por minorias, cujo objetivo era a denúncia contra a discriminação, impondo-se a necessidade de um olhar diferenciado para as ambigüidades da ordenação social.

No meio acadêmico, os estudos de gênero foram introduzidos a partir da constatação de que o feminismo e seu confronto com os me-

canismos de dominação e subordinação levavam à emergência de novas categorias analíticas que não se encaixavam nos paradigmas clássicos, os quais, de acordo com algumas teóricas feministas, não conseguiam elaborar modelos explicativos mais flexíveis para analisar a situação específica da mulher como sujeito social e histórico. Embora num sentido mais restrito, o conceito de gênero se refira aos estudos que têm a mulher, a criança, a família, a sexualidade, a maternidade, entre outros, como foco de pesquisas; num sentido amplo, o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais e às relações construídas entre os dois sexos. Estas estão imbricadas com as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam uma sociedade onde a tônica é dada pela desigualdade, seja ela de classe, gênero ou etnia. Com isso se permitiu alguma visibilidade a movimentos sociais emergentes cujo objetivo era a denúncia contra a discriminação, impondo-se a necessidade de um olhar diferenciado para as ambigüidades da ordenação social.

As configurações de poder entre os gêneros, da mesma forma que os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos, variam de acordo com as culturas, a religião, a economia, as classes sociais, as etnias, os momentos históricos, etc. Formam-se assim redes de significações que se edificam e se relacionam, atuando em todos os âmbitos da vida cotidiana. As desigualdades efetivam mecanismos de produção e reprodução da discriminação que adquirem forma concreta em todas as instâncias da vida social pública e privada, na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências. A utilização do conceito teórico de gênero para analisar a tessitura social implica em não considerar as diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico. Tal assertiva evidencia da parte da perspectiva teórica feminista, uma absoluta rejeição aos enfoques naturalistas, que envolvem a aceitação implícita da subordinação da mulher ao homem, baseados nas estruturas biológicas de cada indivíduo de uma mesma espécie. Nessa perspectiva, discute-se a dificuldade de se interpretar a realidade das mulheres partindo da experiência dos homens, por se considerar que os paradigmas construídos do ponto de vista masculino

resultam em modelos teóricos inexatos e imprecisos, senão falsos, pois as relações de gênero se definem em diferentes poderes, normas comportamentais, morais e religiosas, até mesmo nas emoções e sentimentos, estruturando a percepção de mundo e a forma como a sociedade se organiza do ponto de vista simbólico, levando assim ao conceito de alteridade, isto é, a relação com o outro.

Valendo-se do conceito de alteridade, a crítica feminista voltou-se para uma reinterpretação da teoria proposta por Marx, por considerar que a opressão da mulher na sociedade capitalista e a sua liberação são também resultantes, em última análise, das lutas contra o capitalismo. Isso se deve pela constatação de que os países socialistas se dão conta, a cada dia, que a igualdade perante a lei e um acesso igual à educação e à profissionalização não liberam as mulheres das responsabilidades familiares. Tal situação restringe sua participação na vida pública e a possibilidade de fazer carreira. Esse ponto de vista permite reconsiderar a visão marxista da liberação pelo trabalho, o que, no caso feminino, merece uma revisão crítica radical (RENDEL, 1985, p. 196).

Ao desenvolver novos paradigmas de crítica social, as feministas do início dos anos 60 até meados dos anos 80 do século XX, foram construindo alternativas explicativas que denunciavam um padrão recorrente onde havia uma contradição analítica quando apenas se considerava o ponto de vista das mulheres brancas de classe média nos Estados Unidos e Europa Ocidental. Enfatizavam que essas tendências universalizantes se contrapunham àquilo contra o qual lutaram desde o início, alertando que havia de se atentar que a situação geográfica, o índice de desenvolvimento sócio-econômico, os indicadores demográficos, a cultura e a ideologia, entre outros fatores, permitiam estabelecer diferenciações significativas entre mulheres brancas, negras, latinas, orientais, ocidentais e indígenas. Isso se justifica dado que a posição do sexo feminino nas diferentes culturas não permite universalizar um padrão de conhecimento auto-aplicável às diversas etnias, classes sociais e posição social (AGUIAR, 1997, p. 71).

Atualmente os pesquisadores estabelecem diferentes análises que consideram as complexidades cada vez mais crescentes na organização social, nas quais as diferenças culturais e antropológicas em relação com

a alteridade são destacadas, numa tendência do pensamento pós-moderno que incorpora o pluralismo cultural e a diversidade. Nessa linha, os estudos de gênero oferecem possibilidades investigativas que vão desde o recontar da História das Mulheres sobre a ótica das relações de poder que se estabelecem entre os sexos e abrangem os vários campos epistemológicos, nos quais a educação também está incluída; ao sexismo nas escolas, a coeducação, os estereótipos sexuais em sala de aula, o magistério como profissão feminina, as professoras como chefes de família, e até mesmo as relações de poder que se estabelecem entre as próprias professoras no interior da escola, assim como entre alunos dos dois sexos e a educação e destinação social diferenciada para meninos e meninas, e os relacionamentos familiares. (ALMEIDA, 1999).

## **Gênero e educação**

O gênero e suas derivações podem ser amplamente discutidos nas análises sobre o processo educacional e nas relações escolares, entre professores e professoras e alunos e alunas, dirigentes do ensino e os que atuam em sala de aula, na educação diferenciada para meninos e meninas apesar das classes mistas, nos estereótipos sexuais derivados da cultura e que alcançam o nível escolar. Esse é também um campo propício para articular gênero e etnia, e gênero e classe social. No primeiro caso, por hoje existirem professoras negras atuando nas escolas, sinônimo da ascensão social e diversidade racial característica de países em desenvolvimento, sem esquecer-se do contingente de alunos pertencentes a essa etnia, o que apresenta um rico potencial de pesquisa na área da antropologia, da sociologia e da educação. No segundo caso, pelo fato dessas escolas receberem um maior contingente das classes populares, onde os mecanismos de exploração se apresentam com clareza na macro-estrutura das relações capitalistas e na micro-estrutura das relações cotidianas, permeadas pelo simbólico e pelo imaginário nas representações de classe, etnia e desempenho de papéis sexuais.<sup>1</sup>

A educação, ação social que vem ocupando com cada vez maior intensidade a agenda política dos vários países como alavanca essencial

para o desenvolvimento, a partir dos anos 90 do século XX vem apresentando um aumento progressivo da inclusão do gênero em suas análises, (embora ainda insuficientes em termos quantitativos), o que não acontecia nas décadas passadas em que esses estudos eram raros.

Os paradigmas explicativos do sujeito universal, único, padronizado e assexuado, isento das particularidades de sexo, etnia, idade, cultura, comumente adotados nas pesquisas educacionais possibilitam lacunas explicativas na área, dado que a concepção masculina da educação, vivenciada na prática por atores femininos, ocasiona contradições e distorções no processo de análise. Isso se reflete na construção de um discurso desqualificatório e vitimizador sobre os motivos das escolhas profissionais, as razões das moças se dirigirem para o magistério, as causas da permanência, a vocação, o gostar de crianças, a professora vista como tia, os cursos de formação ainda repassados do ideal positivista de preparo para o cuidado com crianças, embutindo assim a imagética do casamento e da maternidade. Sua antítese, a heroicização, mais comumente encontrada nas análises sociológicas onde se procura resgatar a vida de mulheres célebres, ainda não apresenta consistência no campo da educação, talvez pelo anonimato das professoras que até poucas décadas atrás estavam ausentes dos registros históricos, até mesmo das publicações dirigidas ao professorado como categoria profissional. Porém, a heroicização aparece nos relatos onde se louva a abnegação e a missão vocacionada do desempenho profissional do magistério. Atualmente, o campo de trabalho representado pela área da Educação encontra-se ocupado majoritariamente por mulheres, seja nas instâncias decisórias oficiais, seja na esfera administrativa e nas escolas e salas de aula, o que se verifica principalmente na educação básica. O mesmo acontece na educação superior, tanto na frequência dos cursos de Pedagogia por moças, como no maior número de docentes mulheres, inclusive no campo da pesquisa educacional. Esse é um fenômeno de âmbito mundial cuja tendência é acentuar-se cada vez mais.

Acompanhando essa ocupação substantiva do terreno educacional pela parcela feminina, emerge um discurso em relação à profissão de professora que termina por contaminar o imaginário social e justificar os baixos salários, pois, ao aplicar à esfera profissional a mesma

herança positivista do século XIX, desqualifica-se as mulheres do ponto de vista intelectual. Assim, o trabalho da professora só é digno por conta dos atributos de maternidade e de espírito de sacrifício, apelando-se para uma idéia de doação que se contrapõe ao verdadeiro sentido de profissão. Isso tem sido objeto de variadas denúncias nos últimos anos. Porém, as denúncias trazem em seu bojo um retorno negativo, pois ao se enfatizar o profissionalismo, se rejeita os valores que contam no exercício de qualquer ofício: o gostar do que se faz. Aliando-se à insatisfação com os baixos salários essa imagética leva ao desânimo, ao cansaço e ao trabalho exercido sem esperança, um processo que temos visto alicerçar-se cada vez mais entre as professoras o que, paradoxalmente também atinge os professores, fechando-se assim um círculo nocivo que atinge a escola e os alunos.

Dado que a educação não possui efeitos imediatos, o resultado de uma representação simbólica que desqualifica e anula o verdadeiro valor da educação formal se fará sentir no âmbito social e nas esferas produtivas. Isso porque professoras mal remuneradas, mal formadas, descontentes com seu trabalho profissional, enfrentando dificuldades nas salas de aula, vítimas de desmandos oficiais e às voltas com a dupla jornada de trabalho, acabam por desempenhar uma prática pedagógica mecânica e descompromissada com os principais objetivos do ensino escolarizado. Tal prática vai fazer com que gerações de estudantes ou abandonem a escola, ou passem por ela sem apreenderem o verdadeiro sentido da educação e sem um nível de instrução que lhes permita competir no mercado de trabalho. As conseqüências são previsíveis, principalmente se levarmos em conta o papel da educação no desenvolvimento de um povo.

## **A religião como instrumento de poder simbólico**

A inclusão da categoria religião, como parte da cultura, para analisar as relações entre os sexos e o papel das mulheres no edifício social revela outro aporte teórico para as possibilidades investigativas. A religião representa o ponto nevrálgico para onde convergem as relações de poder estabelecidas no nível simbólico e no imaginário, por aglutinar a essencia-

lidade da existência humana que é a idéia de finitude da vida e, através dessa verdade, a necessidade sempre presente de explicar e atribuir sentido e significado às ações individuais e coletivas dos seres humanos.

A crença no mundo sobrenatural, o controle da sexualidade, os arquétipos religiosos ditando normas de pureza e mansidão, sempre normatizaram o comportamento social, com maior ênfase no sexo feminino. No Brasil, encarregada desde o descobrimento, através das missões jesuíticas, de educar e dar formação religiosa à população, a Igreja católica exerceu considerável influência nesse campo, ditando regras sociais, morais e de comportamento religioso pela via do ensino, centralizando sua atenção nas elites. O povo permanecia o mais das vezes às margens das instituições, afastado da escola, unindo-se pelo concubinato sem regularizar sua união, batizar os filhos e enterrar os mortos, ausente das bênçãos dos clérigos e da sacralização dos costumes. Estes eram definidos pela instituição religiosa incumbida de perpetuar a tradição luso-cristã, na qual normas consideradas desviantes e hábitos em desacordo com a moral eram severamente punidos através do conceito de pecado, com a ameaça da excomunhão e do inferno. O adestramento dos corpos através da pressão da Igreja católica tinha como alvo principal a sexualidade feminina que, ao ultrapassar o permitido, ameaçaria o equilíbrio da família e do grupo social:

Nunca se perdia a oportunidade de lembrar às mulheres o terrível mito do Éden, reafirmado e sempre presente na história humana. Não era de admirar, por exemplo, que o primeiro contato de Eva com as forças do mal, personificadas na serpente, inoculasse na própria natureza do feminino algo como um estigma atávico que predispunha fatalmente à transgressão, e esta, em sua medida extrema, revelava-se na prática das feiticeiras, detentoras de saberes e poderes ensinados por Satanás. (Araújo, 1997, p. 46).

Esse estigma tinha suas raízes na sexualidade e fez com que as religiões cristãs dessem grande importância a uma imagética de pureza feminina através da normatização dos corpos e mentes. Os primeiros eram controlados através da exacerbada vigilância de pais, irmãos e maridos, encarregados de extirpar nas mulheres sob sua guarda qual-

quer tentativa de *pecado carnal*. As mentes eram passíveis de ser adestradas pela educação, utilizando-se de uma *pedagogia do temor e da culpa* que fazia as mulheres reféns de sua própria aura de sedução e capacidade de despertar o desejo masculino. A figura do confessor no interior das residências, bastante freqüente no século XIX e até mesmo no século XX, demonstra bem a influência da sacralidade católica no regramento da conduta feminina. A moralidade protestante, por sua vez, também se voltava para a *consciência do pecado* que tinha suas origens no sexo.

Por carregar a nódoa do pecado original, a mulher deveria ser vigiada, mesmo que isso significasse tolher sua liberdade, abafar sua individualidade e privá-la do livre arbítrio. O casamento e a maternidade eram a salvação feminina; honesta era a esposa mãe de família; desonrada era a mulher transgressora que desse livre curso à sexualidade ou tivesse comportamentos em desacordo com a moral cristã. Para a missão materna as meninas deveriam ser preparadas desde a mais tenra idade, fosse nos colégios católicos, nas escolas protestantes ou nas instituições públicas. A menina tornava-se esposa e mãe honrada, primeiramente criada na casa dos pais com um destino profetizado, depois casada na igreja, vestida de branco para demonstrar a virgindade. Na visão da sociedade misógina, a maternidade era o ápice na vida de toda mulher. Doravante ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria, a mulher que pariu virgem o menino judeu, que teria como missão ser o salvador do mundo.

A religiosidade, pela estreita relação que possui com o mundo sobrenatural, se revestia de caráter disciplinador e, ao mesmo tempo, consolador. Herdeira da tradição e ancorada no sagrado, a ideologia religiosa atuava como normatizadora da consciência e estabelecia conexões com vários aspectos da prática social como a vida cotidiana, a fé, a economia, a política, a festa, os rituais, a educação e as relações entre os sexos, esculpindo assim as interfaces do pluralismo cultural na convivência entre os seres humanos. Nesse universo, ordenadas simbolicamente, conviviam as questões ligadas à subjetividade, à identidade, ao sonho, à magia, às crenças e às representações. As simbologias referentes ao sexo feminino emergiam como categorizações distin-

tas do mundo masculino, sendo vistas como portadoras de diferenças relacionais.

O olhar dominante, no exercício das relações de poder, também é passível de atribuir defeitos e qualidades nas suas relações de alteridade e, dependendo da expectativa que se tem da conduta considerada *certa* ou *desviante*, reprime e castiga com a mesma intensidade com a qual cria um esquema de simbologias acerca dessa alteridade. Esta pode estar na contravenção das expectativas que o segmento dominante elaborou para o desempenho de papéis, sejam eles de natureza sexual, religiosa ou educativa, quando não se alinham com suas normas e regras de conduta: “não era o olhar do inquisidor que fazia nascer, no século XVI, o feitiçeiro ou a feiticeira, e que reunia fantásticamente sob a mesma intenção diabólica, o conjunto, embora mesmo anódino, de conjurações, gestos mágicos, heranças inocentes da superstição do paganismo?”

Esse olhar revela – como traços essenciais da alteridade daqueles que estão em situação de dominados – fragmentos imperfeitos, “feixes de informações” que não são reveladores da profundidade e do pluralismo de sua cultura. No entanto, atores sociais reduzidos ao silêncio possuem formas próprias de se expressar através de tradições, costumes religiosos ou profanos, escritos íntimos, reveladores do sentido da História, encobertos em sinais e revelados nos contornos mágicos dos mitos, conforme observa Ginzburg<sup>2</sup>.

A religião seja de qualquer origem, sempre foi decisiva na definição de padrões comportamentais femininos. O catolicismo, ao impor às mulheres a imagem da Virgem e Mãe, arquétipos ineludivelmente dicotômicos; o protestantismo com seus ideais ascéticos e puritanos derivados da doutrina calvinista; o islamismo infringindo ao sexo feminino as mais pungentes humilhações e cerceamento de liberdade individual. Mesmo as religiões mais primitivas de origem afro ou hindu têm contribuído para imposições de origem cultural e religiosa que, ao longo dos séculos, colocaram as mulheres na crônica do martirologio da Humanidade, o que vem sendo incisivamente denunciado nos veículos de comunicação no limiar do século XXI. Nesse sentido, a ideologia religiosa pode tanto deformar a realidade como solidificar as idéias que são veiculadas pela cultura, o que gera diferentes comporta-

mentos humanos que estão ligados ao clima, às etnias, à geografia, ao desenvolvimento da economia e da política, alicerçando na sociedade um sistema de crenças e de comportamentos coletivos. Nesse sistema de crenças<sup>3</sup>, a fé no mundo sobrenatural ocupa um lugar determinante nas manifestações culturais, modelando o imaginário e instaurando comportamentos ditados pela ideologia.

No caso brasileiro existe uma miscigenação religiosa que incorpora à sacralidade original da simbologia européia cristã, a religião de origem africana trazida pelos escravos; a religião indígena dos naturais da terra, acrescidas ainda por crenças asiáticas. Esse sincretismo religioso se traduz em diferentes liturgias, seja nos grandes templos católicos e evangélicos, seja nos cultos domésticos e nos de origem africana, estruturando-se um misticismo de várias faces, não necessariamente fiéis a uma ou outra fé, mas sim permitindo a sua coexistência, dada a histórica liberdade de crença garantida pela Constituição Brasileira desde o século XIX e a tolerância religiosa.

As expressões religiosas diferem segundo a cultura, a educação e os diversos grupos sociais. A Igreja católica, veiculadora da religião dominante, marcadamente tradicional e afastada da população iletrada do Brasil dos primeiros períodos, nas últimas décadas tem feito tentativas de se aproximar da população o que parece estar se coroadando de êxito. As igrejas protestantes possuem uma liturgia de caráter racional, expressando uma ética própria voltada para a vida material plenamente desfrutada como uma maneira de se aproximar de Deus. Os demais credos que perpassam a organização cultural brasileira também se valem da dimensão sobrenatural que visa preparar os seres humanos para enfrentar a sua suprema angústia existencial que é o medo da morte. As diversas seitas religiosas sempre souberam explorar esse medo e o temor do que esperar após o fim da existência se configura como fórmula infalível para manter a dominação sobre seus fiéis.

Conforme já foi assinalado, um modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, inspirado nos arquétipos do Cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento onde se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica de mulher através

de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade. Essa ideologia vai desqualificar a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual “... porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido”.(RAGO, 1987, p.65).

O uso de uma linguagem mística para qualificar o papel feminino era utilizado pela ideologia cultural que buscava na religião as metáforas e analogias para definir a mulher-mãe com atributos de *santa*, *anjo de bondade e pureza*, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitar com os homens e com eles gerar e criar filhos.

A Igreja católica associaria a figura da mulher santa, feita à imagem de Maria, à pureza de corpo e espírito. As mulheres desviantes, transgressoras, principalmente as prostituídas, seriam ligadas à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência. Se a primeira era o espírito e a santidade, as demais eram carnavais e pecadoras, levando os homens à corrupção do caráter e do corpo. No entanto, ambas deveriam ser submissas e dependentes, pois a ordenação social assim o exigia, e a *ordem natural das coisas* não deveria ser questionada por aquelas que eram as destinatárias de um processo de controle ideológico altamente repressor quanto à sexualidade.

A idéia de sexo para a mulher *honrada* estava intimamente ligada à dessexualização do corpo. A mulher não precisaria sentir prazer no intercurso sexual e de preferência deveria manter a castidade, mesmo no casamento. A forma de preservar essa castidade seria relacionar-se sexualmente apenas para a procriação, evitando-se os excessos sexuais que causariam dano à saúde e à vida espiritual feminina. O desejo e o prazer eram reservados ao homem, o qual, segundo o discurso médico, era biologicamente voltado para a essência carnal por conta da virilidade. Isso justificaria “a busca da prostituta pelo marido que respeita a esposa, mas que precisa reafirmar quotidianamente sua virilidade. A influência do padre, multiplicando as interdições sobre o sexo conjugal, reforça este modelo de casal que permanece inquestionável até a década de 60”.(RAGO, 1987, p. 84).

A ideologia de caráter religioso vai reger a sexualidade da mulher e do casal, perpassando toda a vida social do século XIX e esten-

der-se ao século XX. Seria veiculada na sociedade, na família e na educação. Nas escolas, as moças seriam instruídas quanto à importância da castidade e da pureza; na igreja deveriam confessar ao padre quaisquer pensamentos ditos impuros; na família se impediria toda e qualquer manifestação voltada para explorar ou exercer a sexualidade, embora houvesse transgressões que costumavam serem severamente punidas.

## **As mulheres no Brasil e o discurso da desigualdade**

Nos anos finais do século XIX, as mulheres, de acordo com as premissas do positivismo, corrente que havia tomado corpo no País e sido assimilada pelas mentes ilustradas da época, eram vistas como seres dotados de atributos de pureza e doçura, responsáveis pela preservação da família e da moral cristã, mães generosas, espíritos de sacrifício, salvadoras da pátria, o que as colocava como responsáveis por toda a beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Mesmo tendo introduzido um avanço em relação aos séculos anteriores, onde o mistério e as credices herdadas da Idade Média ainda influíam nessas representações, o fato é que os positivistas, ao adotarem os modelos de domesticidade e espírito de sacrifício, foram determinantes para a desclassificação social da mulher. O discurso da pureza feminina e das suas qualidades morais armava-se de ambigüidades e prestava-se admiravelmente bem para referendar o mito da inferioridade biológica que vinha impregnando também o discurso dos evolucionistas através da idéias spencerianas. Esses princípios referendavam e preservavam os estereótipos da feminilidade de forma a justificar a exclusão da mulher dos espaços de protagonismo social.

O pensamento positivista valorizava a mulher como mãe e esposa abnegada, para quem o lar era o altar no qual depositava sua esperança de felicidade, sendo o casamento e a maternidade suas únicas aspirações. Era ela também a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da Pátria. Os anos iniciais do século XX iriam ultrapassar, em parte, a teoria das diferenças biológicas propostas pelo positivismo. Porém, essas diferenças vinham ao encontro de uma idéia de sociedade que necessitava da presença feminina e serviam para referendar a

ocupação do espaço público pelos homens, segregando-se as mulheres nos limites do privado e reservando a elas o cuidado com os filhos que deveriam ser depositários dos seus ensinamentos morais.

Apesar de reforçar o discurso de desigualdade entre os sexos e incorporar a idéia da inferioridade feminina em alguns aspectos, o positivismo advogaria instrução igual para homens e mulheres, embora, paradoxalmente, seus seguidores houvessem se manifestado contrários à coeducação, processo que já havia se estruturado no sistema escolar norte-americano e que havia sido objeto das reivindicações feministas nos anos iniciais do século em alguns países da Europa. A educação que se pretendia igual para os dois sexos, na realidade diferenciava-se nos seus objetivos, pois, de acordo com o ideário social, o trabalho intelectual não devia fatigar o sexo feminino, nem se constituir num risco a uma constituição que se afirmava frágil e nervosa. O fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos, não se cogitando que viesse a desempenhar uma profissão assalariada. A mulher educada dentro dessas aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente da prática do período colonial com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade.

As décadas seguintes continuaram idealizando um perfil feminino de desprendimento, bondade, beleza e meiguice, e a mulher-mãe deveria ser pura e assexuada e nela repousariam os mais caros valores morais e patrióticos. Apesar das conquistas efetivadas ao longo das primeiras décadas do século, como o acesso das mulheres ao ensino superior e a algumas profissões, os ideais positivistas permaneceriam, por longo tempo, impregnando a mentalidade brasileira e esculpindo uma figura de mulher plasmada nos seus ideais. Nas primeiras décadas da República, essa situação principiou a ser paulatinamente alterada quando as jovens passaram a serem instruídas em nível primário e secundário. No entanto, devido à separação dos papéis sexuais que reservavam à mulher tradicionalmente apenas a função de esposa e mãe, dificilmente as moças chegavam a cursar o ensino superior. Isso pouco mudou quanto à situação feminina desde o Império.

No Brasil, nos finais do século XIX, o positivismo e o higienismo haviam indicado que competia às mulheres a responsabilidade educativa das crianças, proposta defendida vigorosamente nos meios políticos, científicos, religiosos, sanitários e intelectuais. Mas essa responsabilidade nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. O trabalho somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza e resignação, e servir com submissão, *qualidades inerentes às mulheres*, premissas com as quais também se afinavam profissões ligadas à saúde, como enfermeira ou parteira. Apesar de divergirem em alguns aspectos do clero, os positivistas, desde o início foram aliados da Igreja católica a respeito da destinação materna das mulheres. Para isso compartilhavam a idéia vigente da necessidade de mantê-las ao abrigo das injunções da vida pública e seus perigos para preservar a ordem vigente. Portanto, a educação que recebiam não poderia ultrapassar demasiadamente as fronteiras do doméstico e do socialmente aceitável. No campo da política, os mesmos positivistas que haviam defendido a superioridade moral do sexo feminino, foram os que se insurgiram mais tenazmente contra o sufrágio feminino, argumentando que uma incursão ao mundo da política poderia conspurcar sua alma e a sua pureza inata. O pressuposto da inferioridade biológica das mulheres também levou o positivismo a considerar natural o alicerçamento dos homens no poder, baseando-se na diferença de ordem biológica entre os sexos, o que justificava a subordinação e opressão feminina e seu alijamento da esfera pública.

Os anos iniciais do século XX continuariam atrelados a essas concepções, não estando prevista a concorrência com os homens em termos profissionais e intelectuais, o que possibilitaria a ultrapassagem dos limites de segurança social. As correntes ideológicas que orientaram o pensamento das elites intelectuais no período republicano reforçariam essa destinação natural e manifesta das mulheres, ressaltando seu valor na educação dos filhos e ancorando nesse destino sua necessidade de educar-se, além de lhes reservar o papel de transmissoras da moral, dos bons costumes e guardiãs da virtude e da religiosidade. Nisso somente residiria a necessidade de sua educação.

## A discriminação sexual: a negação do outro

A discriminação, de qualquer origem, é o pano de fundo para o exercício do poder levado às últimas conseqüências. Discriminar é negar o outro, é não reconhecer seus direitos, nem seu direito a ter direitos. A discriminação de origem sexual submete a outra metade da Humanidade ao jugo do poder real e simbólico baseado em diferenças naturalizantes: ser homem é o modelo a ser seguido como símbolo de força e êxito, ser mulher representa a submissão, a fragilidade e a incapacidade. É principalmente assim que se solidifica o discurso ideológico da dominação de gênero.

Nessa rede de significações simbólicas, a discriminação leva ao preconceito e cria-se a *imagética da incapacidade*: mulheres são incapazes para algumas funções e, portanto, não podem desempenhar determinados cargos ou ofícios, serem responsáveis por tais projetos ou tais empreendimentos. Naturalmente esses cargos, ofícios, projetos e empreendimentos são os mais valorizados socialmente e melhor remunerados no mundo do trabalho, configurando-se numa esfera fechada na qual dificilmente as mulheres conseguem entrar. Muitas vezes, para alcançar esse espaço têm de renunciar a constituírem família, o que também não deixa de ser mais uma violência do poder social. Na *imagética da incapacidade*, as representantes do sexo feminino, independentemente de etnia, classe social, idade ou nível de escolaridade, são incorporadas numa mesma categoria: o sexo. É no sexo, como força motriz da etnia humana, que se ancoram e edificam as relações de desigualdade.

Nesse panorama, onde as relações de poder demonstram seu maior impacto, reside o paradoxo do subdesenvolvimento: alijadas das esferas produtivas por conta da anatomia, as mulheres deixam de contribuir nos diversos campos da economia e da política por motivos que vão desde impedimentos familiares ao preconceito. Talentos são assim desperdiçados e perdidos. Sem produzir, as mulheres deixam também de ser consumidoras, o que estabelece um descompasso com as teses do capitalismo e do neoliberalismo, ocasionando um paradoxo estrutural e contribuindo para o subdesenvolvimento. O impedimento muitas vezes é disfarçado sob o manto pesado do amor e da responsabilidade

doméstica: as mulheres vivem a angústia existencial de serem insubstituíveis na esfera privada; angústia referendada por outra imagética, a da doação. Doar-se é esquecer-se de si própria em busca da felicidade alheia, e a religião, a música, a literatura, o cinema, o teatro, a poesia, encarregam-se disso, (apesar das honrosas exceções). Conforme canta lindamente Chico Buarque de Hollanda, *“mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas...”*

No entanto, existem saídas para resolver os impasses que se estabelecem nas relações entre homens e mulheres por conta das diferenças sexuais e a principal delas é considerar a legitimidade da tese feminista da igualdade na diferença, o que pode ser igualmente aplicado em todas as formas de convivência humana, que hoje é francamente ditada pela diversidade cultural. A partir dessa aceitação, relações de parceria e companheirismo podem alicerçar a convivência entre os dois sexos na esfera do privado, sem necessidade do exercício do poder. No espaço público, impõe-se rejeitar com veemência a imagética da incapacidade, abrindo espaços para as mulheres em todos os campos sociais e desconsiderando o fator sexo como impeditivo para o cumprimento das diversas funções no mundo do trabalho. Para atingir esses objetivos, nas relações de gênero, a educação, mais do que qualquer produto da cultura humana tem o grande potencial de, desde a tenra idade, desenvolver entre os sexos o respeito pela diversidade, seja ela de qualquer natureza.

A partir dessas possibilidades, perfeitamente factíveis, é possível eliminar a discriminação sexual nas várias esferas da vida social, política e econômica. Por consequência, deixa-se de dar sua parcela de contribuição para o subdesenvolvimento ao se colocar ao alcance dos dois sexos os postos desejados, aumentando assim o contingente dos indivíduos talentosos que os procuram. Incorporar esses princípios é reforçar a idéia de que a desigualdade entre os seres humanos é derivada de falsas idéias de superioridade que foram culturalmente construídas ao longo do passado histórico da humanidade sendo, pois, geradora do preconceito e da discriminação, o que leva à injustiça social, violando assim o princípio da igualdade entre os seres humanos, que é a base da Democracia.

## Resumo

O poder, historicamente, sempre foi essencialmente masculino. A partir da segunda metade do século XX, as relações simbolicamente construídas entre os dois sexos foram abaladas nas suas estruturas pela emergência de um lado social feminino que rejeitava as noções solidificadas dos conceitos de superioridade e inferioridade. Atualmente, as mulheres se introduzem nos sistemas simbólicos masculinos num momento em que estes estão se mostrando implacavelmente destrutivos em relação à existência humana. Existe entre os povos um consenso acerca da globalização, fenômeno emblemático do século XX, que exclui a maior parcela da humanidade, assim como a construção de uma nova ordem que inclua uma relação cooperativa e solidária de gênero, classes sociais e etnias. No caso do gênero isso significa democratizar as relações familiares e não excluir as mulheres do acesso aos bens econômicos e culturais, de forma a promover seu desenvolvimento como atores sociais com inserção individual e coletiva.

### Palavras-chave:

gênero, mulheres, cultura, educação, desenvolvimento.

## Abstract

The power, historically, was always essentially male. From the mid 20<sup>th</sup> century, the relationships symbolically built among the sexes were weakened in their structures for the emergency on a feminine social side which rejected the solidified notions of the concepts of superiority and inferiority. Nowadays, the women are introduced in the male symbolic systems at the moment in which these show themselves relentlessly destructive in relation to the human existence. A consent has already existed among the peoples about the globalization, emblematic phenomenon of 20<sup>th</sup> century, that excludes the humanity's largest portion, as well as the construction of a new order that includes a cooperative and friendly relationship among the genders, social classes and ethnics. Taking into account the gender, that means to democratize the family relationships and not to exclude the women from the access to the economic and cultural goods, in way to promote their development as social actors with individual and collective insert.

### Keywords:

gender, women, culture, education, development.

## Notas

---

<sup>1</sup> O acesso à educação e o ensino não diferenciado para os dois sexos, juntamente com o direito de votar, foram bandeiras das lutas feministas nas primeiras décadas do século XX. Defendia-se que maiores conhecimentos para as mulheres possibilitariam sua inserção no espaço público. As mulheres que advogavam essa causa viam como saída para romper com os mecanismos de subordinação feminina a representada pela educação e pelo direito de exercer uma profissão. No mundo do trabalho, uma das opções que primeiramente se abriu às mu-

Iheres foi o magistério de crianças pelas suas conotações com a maternidade e as atividades desenvolvidas no lar, assim como a enfermagem que também significava cuidar de alguém.

<sup>2</sup> Ginzburg, em *Mitos, Emblemas, Sinais* (1989, p. 143), aborda as possibilidades de se recriar o passado através de fragmentos do cotidiano de personagens comuns, demonstrando uma visão diferenciada de se fazer a História, não mais aquela vista pela ótica dos vencedores. O autor refere-se ao paradigma que emergiu no século XIX, ainda não teorizado explicitamente, e que pode “ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre racionalismo e irracionalismo”, naquilo a que denominou um *saber indiciário*”.

<sup>3</sup> Houtart (1994, p.32), considera que os elementos constitutivos dos sistemas religiosos são as significações religiosas, as expressões religiosas, a ética com referência religiosa e as organizações religiosas. Portanto, por ser um sistema de crenças, “... *toda religião produz sentido, ou seja, uma interpretação da realidade, da história, do homem e do mundo.*”

## **Referências bibliográficas**

---

- AGUIAR, Neuma. *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.
- ALMEIDA, Jane S. de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998.
- ALMEIDA, Jane S. de. *Mulheres e educação: missão, vocação e destino* (São Paulo, 1870/1930). *Tese de livre-docência*. Araraquara, FCL/Unesp, 2000.
- ALMEIDA, Jane S. de. *Gênero e Educação: possibilidades investigativas*. Araraquara, *Cenários*, n. 1, 1999.
- ARAÚJO, Emanuel. *A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia*. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo, Contexto; Editora da Unesp, 1997.
- FRIEDMAN, Betty. *A mística feminina*. Rio de Janeiro, Vozes, 1971.
- HOUTART, François. *Sociologia da Religião*. São Paulo, Ática, 1994
- MICHEL, Andrée. *El Feminismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Brasil 1890/1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- RENDEL, Margarita. *Panorama Mundial de la Investigación y la Enseñanza sobre la Mujer*. UNESCO, França, Paris, Organizaciones de las Naciones para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1985.
- VOVELLE, Michel. *Ideologías e Mentalidades*, São Paulo, Brasiliense, 1991.